

VOZES FEMININAS NO LEGISLATIVO: COM A PALAVRA A DEPUTADA ZULEIKA ALAMBERT

Renata Bastos da Silva

Universidade de São Paulo

E-mail: renatabs@erm.microlink.com.br

Resumo: O segundo pós-guerra marca um período de redemocratização no Brasil. Em 1945, ocorreram as eleições para Presidente da República e para deputados e senadores que compõem o Congresso Nacional. Em janeiro de 1947, aconteceram, nos Estados da República, as eleições para os legislativos e executivos estaduais, sob a Constituição Federal de 1946. Nesta eleição, Zuleika Alambert, uma moça de Santos, na juventude dos seus 24 anos, cheia de vigor, respeitada pelos trabalhadores do cais do porto de Santos, é eleita segunda suplente, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), para o legislativo paulista.

Palavras-chave: Zuleika Alambert; Partido Comunista do Brasil; legislativo paulista.

Introdução

O ano de 1932 representa um importante marco no processo de emancipação feminina, com o estabelecimento, em fevereiro, do Código Eleitoral, trazendo à tona novidades significativas para a nossa cena política, entre as quais se situava, com destaque, a instituição do voto feminino. Essa medida pode ser compreendida como uma conquista do movimento das mulheres que, há décadas, ocupava importantes cidades brasileiras, dando voz às mulheres em sua luta por direitos (LÔBO; FARIA, 2008).

Com o surgimento do Estado laico republicano, em 1889, fundado na obrigação política expressa na igualdade natural e na liberdade formal, ao desatender às reivindicações emergentes por igualdade real, o mesmo se vê esvaziado da sua antiga força integrativa (WERNECK VIANNA, 1978, p. 157). Ver o drama de Canudos, no início da Primeira República – sua incapacidade de incluir as classes subalternas num sistema consensual –, leva-o à capitulação de parte da sua soberania, delegada a uma agência da sociedade civil – a Igreja Católica – especializada no seu controle ideológico. Compare-se a Constituição brasileira de 1891, que desconhece qualquer instância de legitimação que não seja o povo, com a invocação a Deus no preâmbulo da Carta de 1934.

O moderno e a democratização social, ao se afirmarem lenta, localizada e embrionariamente, deveriam proceder da ação interventora do Estado, particularmente do seu estímulo às atividades industriais, tal como no diagnóstico dominante no interior da ampla coalizão política que liderou a Revolução de 1930. A civilização procederia de uma obra estrategicamente planejada pelo Estado, cuja intenção civilizatória mudava de curso, voltando-se para a pedagogia da ética do trabalho. A obra civilizatória dessa refundação republicana, ocorrida na década de 1930, pretendia operar na chave de uma educação cívica, patrocinada, regulada e administrada pelo direito – o direito do trabalho e suas instituições (WERNECK VIANNA; REZENDE DE CARVALHO, 2000, p. 24).

Em 1945, como consequência da vitória sobre o nazifascismo, em uma grande coalizão mundial que contava com parcela da burguesia, com os liberais-democratas, frações das classes médias e as classes trabalhadoras, significaria uma democratização em dimensões inéditas na República. Em nome dos valores fundamentais da pessoa humana, passou a subordinar o direito positivo, originário da vontade da maioria, em uma inequívoca reação à experiência do nazifascismo que, para a sua institucionalização, se utilizara do processo legislativo (WERNECK VIANNA; REZENDE DE CARVALHO, 2000, p. 24). Na Constituição Federal do Brasil de 1946, procurou-se harmonizar os pressupostos do indivíduo com os direitos dos grupos sociais, dando origem a uma ideologia particular de setores majoritários das classes dominantes. Naquele contexto, para os defensores da questão igualitária, ampliar a cidadania e democratizar a República reclamavam uma participação e uma mobilização crescentes, na medida

em que as instituições careciam de procedimentos democráticos nos quais pudessem transitar os temas substantivos da democratização social do país (WERNECK VIANNA; REZENDE DE CARVALHO, 2000, p. 26).

Nesse sentido, surge a candidatura e posterior mandato da deputada Zuleika Alambert. Ela toma posse em 26 de setembro de 1947, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). No mesmo ano, o partido é declarado ilegal. No ano de 1948, ela e os demais deputados comunistas têm o mandato cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Inicia, assim, sua primeira clandestinidade e o apressamento de sua vida pública, o que marcaria sua trajetória de defensora de políticas públicas de emancipação da mulher. Em seu exercício parlamentar, Zuleika Alambert participou, entre outros, ao lado do líder da bancada comunista o deputado Caio Prado Júnior, das discussões em torno da defesa da cidadania e da liberdade civil. E discursou, em bom tom, logo em seu primeiro pronunciamento na Assembleia, sobre o papel da mulher na vida política e social. Sempre deixou clara em seus discursos a adesão ao *partido da civilização*, ou seja, se filiou ao ideal de contribuir com o processo civilizatório brasileiro. Um exemplo disso foi seu empenho em publicizar o trabalho dos comitês de mulheres espalhados pelas principais capitais brasileiras e em particular pelo interior de São Paulo.

Um dos momentos de destaque de sua atuação foi o apoio ao projeto de lei de Caio Prado Júnior (PCB) no qual apresentou a proposta de instituição de uma fundação de amparo à ciência e tecnologia, com orçamento vinculado à receita estadual e gestão política independente. Ei-los aí como visionários, pois essa fundação iria se materializar na década de 1960, quando se criou a Fundação de Amparo à Pesquisa Científica do Estado de São Paulo – FAPESP.

Portanto, estamos diante de uma produção parlamentar dedicada à sociedade e em especial às mulheres. Concluiremos, a partir de documentos inéditos, que a breve atuação de Zuleika Alambert é um exemplo para os poderes legislativos do Brasil e iremos demonstrar que marcou a pauta das políticas públicas para as mulheres aqui e em alhures. Ela nos deixou, então, não apenas uma inestimável contribuição à educação, cultura e ciência, mas também o exemplo da disposição de honrar a confiança cidadã depositada, com afinco e dedicação memoráveis que esse artigo visa revelar.

O Papel Civilizador da Mulher na Política e na Vida Social Brasileira

Nosso objetivo é salientar o papel da deputada Zuleika Alambert na organização e manifestação das demandas sociais que integram o cotidiano da mulher. Para tanto, analisaremos seus discursos durante seu mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo. Nosso tempo é o imediato pós-guerra, principalmente o ano de 1947.

Nosso espaço é a Assembleia Legislativa de São Paulo. Nesse nexo espaço-temporal, iremos identificar as vozes femininas naquele tempo e espaço que serão precursoras na luta pelos direitos civis e de emancipação da mulher. Nosso objetivo principal será, por meio da atuação pública da deputada, observar o papel civilizador da mulher na política e na vida social brasileira. Assim, identificaremos a atuação da mulher nos processos civilizatórios da República e civilização brasileira.

Observamos que a presença de mulheres no cenário da vida pública vinha se firmando de forma crescente, desde a virada do século XIX para o XX, principalmente nos núcleos urbanos do país (LÔBO, FARIA, 2008, p. 82). Veja o exemplo de Dona Veridiana Prado, em São Paulo, matriarca dos Prados, que era ciente de sua responsabilidade e do seu papel na família, nos negócios e na política. Ela tinha 53 anos quando se separou do marido. Como matriarca da cultura e intelectualidade paulista, foi responsável pelo aprimoramento e refinamento dos hábitos. Sua tarefa civilizadora ajudou a derrubar preconceitos e barreiras entre classes sociais, partidos políticos, intelectuais brasileiros e estrangeiros. Seu palacete – localizado na região das classes dominante de São Paulo – representava o mundo cosmopolita e heterogêneo, lugar onde ideias, artes, valores e costumes transcendiam as divisões políticas, ideológicas e nacionais. Esse é o universo no qual se criam, educam e se formam as classes dominantes paulistas para desempenhar o seu papel de liderança na sociedade e na vida pública. Veridiana não acreditava na possibilidade de construir uma classe dominante ciente do seu dever de servir o país e liderar a comunidade se os jovens fossem criados alheios à realidade. Os privilégios dessa classe têm de estar intimamente atrelados à consciência das obrigações e responsabilidades dos seus membros para com a sociedade (D’AVILA, 2004).

Dessa forma, a vitória da institucionalização do voto feminino iria repercutir, significativamente, não somente na vida da mulher, mas na vida social de modo geral. A marca civilizadora seria um aspecto nuclear da contribuição feminina que, historicamente, se mostraria presente, ainda que a ação da mulher viesse se dando numa perspectiva de época, simultaneamente, existindo nesses “novos tempos”, em que novas demandas colocavam-se para mulher e em que sua ação dirigia-se mais e mais para o espaço além da “soleira da porta” (LÔBO; FARIA, 2008, p. 92). O então papel civilizador exercido pela mulher na família estendeu-se à sociedade, à vida pública.

No Brasil, o papel civilizatório das classes dominantes, a partir da criação do Estado-Nação, teve sua manifestação principal na adesão ao liberalismo, com o que se estabeleceu uma clivagem que o isolou do mundo das *plantations*, onde vigoravam as relações escravistas, o patriarcalismo e, para os livres e pobres, o estatuto da dependência pessoal (WERNECK VIANNA; REZENDE DE CARVALHO, 2000, p. 21, FERNANDES, 1975). Nesse sentido, o papel civilizatório da ideologia liberal das classes dominantes atuou de modo a estimular a atividade mercantil e o ideal libertário entre

os setores urbanos emergentes, cuja aparição e desenvoltura se vinculavam à internacionalização do controle das condições de exercício do comércio internacional, embora se caracterizasse por uma relação de compromisso com a ordem patrimonial que servia de base à organização do sistema econômico dominante – agroexportador. Desse impasse resultou um esforço civilizatório autocontido, intrinsecamente hipotecado ao que lhe era antagônico, levando a uma ambiguidade entre a ordem racional legal e a patrimonial que, para muitos, caracteriza o andamento do processo civilizatório brasileiro (WERNECK VIANNA, L; REZENDE DE CARVALHO, 2000, p. 21).

O imediato segundo pós-guerra marca um período de redemocratização no Brasil. Em 1945, ocorreram às eleições para Presidente da República e para deputados e senadores que concorreram às cadeiras que compõem o Congresso Nacional. Em sequência, em 19 de janeiro de 1947, aconteceram as eleições para os legislativos e executivos estaduais, sob a égide da Constituição Federal de 1946. Nesta eleição, Zuleika Alambert, uma moça de Santos, na juventude dos seus 24 anos, cheia de vigor, respeitada pelos trabalhadores do cais do porto de Santos, é eleita segunda suplente, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), para o legislativo paulista.

A Constituição Estadual foi promulgada em 9 de julho de 1947, quando iniciam-se os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Contudo, a deputada só assumiu o mandato em 26 de setembro, em substituição ao deputado Clóvis de Oliveira Neto, durante seu impedimento no período que vai até 14 de novembro de 1947. Portanto, ela só ocupou uma cadeira efetiva a partir de 15 de novembro daquele ano, em função da renúncia de mandato do deputado Mautílio Muraro.

Em seus discursos, Zuleika Alambert trata de evidenciar o papel da mulher na vida política e social, em especial o de educar. Logo, no início de seu mandato incentiva a criação de uma faculdade do interior paulista, ao assinar, com outros deputados, o Projeto de Lei 240/1947. Este propunha a criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras no Município de Taubaté – cidade natal de Monteiro Lobato. Em outro momento, a deputada fez parte da comissão de parlamentares que acompanhou o então Secretário de Educação do Estado de São Paulo à Assembleia Legislativa em 1947 para tratar da política de alfabetização de adultos.

As Fontes

Nossa metodologia deriva diretamente da justificativa teórico-conceitual que é a sociologia histórica e política comparada, oriunda de Norbert Elias. E, a partir da abordagem de Elias, empreendemos um cruzamento analítico com aquele que

Gramsci produziu ao longo da trajetória que nasce de sua intervenção no debate da questão meridional até suas reflexões no cárcere nos últimos anos da década de 1930.

Além disso, os *insights* metodológicos do próprio Marx e de sua tradição filiada a Gramsci deram seqüência a esse percurso, a cuja herança não renunciamos.

Do ponto de vista objetivo, a metodologia da pesquisa irá se valer de abordagens quantitativas e qualitativas. O estudo de fenômenos ligados a família, escola e civilização comporta abordagens quantitativas e qualitativas. Para o primeiro tipo, temos o modelo de análise baseado em *surveys*, nos quais os levantamentos são realizados a partir de amostragens de uma população específica, por meio da utilização de questionários, codificação de variáveis e instrumentos estatísticos.

No corpo da metodologia quantitativa, a análise ocorre a partir de números e de suas relações. No cerne de tal perspectiva, encontram-se as variáveis dependentes afetadas por variáveis independentes, ou seja, a análise quantitativa é baseada na descoberta de regularidades estatísticas na forma em que diferentes variáveis estão associadas umas com as outras (ALASUUTARI, 1996, p. 11). Nesse sentido, nossa perspectiva aqui adotada dialoga com os trabalhos de Clara Araújo (2005, p. 193-215).

Em estudos correlatos ao que vamos proceder, a pesquisa quantitativa vem sendo correntemente utilizada: por exemplo, naqueles temas afetos às culturas política e jurídica.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é focada em multimétodos, envolvendo uma perspectiva interpretativa de seus problemas. Isso significa que os pesquisadores que se valem da abordagem qualitativa estudam os problemas em seus espaços, tentando fazer sentido e/ou interpretar os fenômenos em termos de significados que as pessoas lhes trazem. A pesquisa qualitativa envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos – experiências pessoais, introspecção, história de vida, textos visuais, interativos, históricos e observacionais – que descrevem a rotina, os momentos e significados problemáticos da vida dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 1998).

A pesquisa qualitativa, por suas características, favorece a adoção de diversos métodos que se entrelaçam no desenvolvimento da investigação. Uma entrevista em profundidade permite verificar situações específicas, marcadas por traços subjetivos, que não seriam adequadamente apreendidos por um *survey*.

Nesse aspecto, esse tipo de pesquisa procura observar e explicar um evento singular e, ao fazê-lo, não trabalha as particularidades individuais como “variáveis distintas”.

O *modus operandi* da análise qualitativa pode ser dividido em duas fases: purificação das observações e decifração dos enigmas. Na primeira, tematiza-se o objeto por diversos ângulos e opta-se por uma abordagem. A seguir, procede-se à análise dos dados iniciais, que são acomodados a uma teoria já existente ou utilizados para construção de uma teoria nova. Inicia-se, então, a fase de decifração dos problemas, por meio da interpretação dos dados levantados na pesquisa. Na análise qualitativa, o ato de decifrar significa que, na base das pistas e dicas disponíveis, dá-se uma explanação interpretativa do fenômeno estudado (ALASUUTARI, 1996, p. 11). Aqui, estamos no terreno fértil das novas subjetividades de que trata Maria Odila Leite da Silva Dias (1994), do qual compartilhamos.

Neste momento, as observações que permeiam a pesquisa são combinadas, podendo-se utilizar a etnografia, as entrevistas de profundidade e demais instrumentos de análise. O material resultante desta coleta é, por suas características, multifacetado, comportando diversos ângulos de análise. De questionários abertos, passando por entrevistas individuais, podem-se extrair elementos que permitam a compreensão de práticas cotidianas. E é nesse *mix* que buscaremos em nosso projeto encontrar os caminhos e descaminhos das vozes femininas no legislativo a partir da experiência da deputada Zuleika Alambert.

Nessa perspectiva, formulamos o problema a ser desvendado: o papel civilizador da mulher na política e na vida social brasileira. Utilizaremos como fontes primárias comentadas os discursos de Zuleika Alambert, como também seu depoimento oral sobre sua campanha e passagem pela ALESP.

A Representação Parlamentar

De acordo com Clara Araújo, o poder político representativo é requisito e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com vistas à disputa desse poder. Suas ações e políticas são orientadas, em última instância, pela busca de acesso ao poder, cujo canal de exercício e de disputa política é a representação parlamentar e/ou governamental. Assim, ao lado de posições ideológicas, estão os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais (ARAÚJO, 2005, p. 193-215).

Ainda seguindo as reflexões de Clara Araújo, observamos que os partidos não são instituições fixas e imutáveis, ao contrário, estão em constante fluxo, adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam. Nesse sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade. Para Clara Araújo (2005, p. 193-215), podemos pensar a inserção das mulheres nos partidos e seu acesso à

representação política a partir de dois níveis: a) intrapartidário, em relação à organização e a ideologia; e b) no da competição eleitoral, na relação entre partidos eleitorais.

Por outro lado, tradicionalmente foram, segundo Clara Araújo, os partidos alinhados à esquerda aqueles que mais tomaram iniciativas no sentido de estimular a organização das mulheres. Ainda de acordo com mesma autora, há indícios cada vez mais fortes de que tais iniciativas vão perdendo essa conotação ideológica e começam a perpassar as organizações partidárias em geral. Na experiência de nossa deputada, aquilo foi procedente. Sem entrar no mérito da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o mesmo abriu espaço para as mulheres e em especial para nossa Deputada.¹

Na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1947, havia duas deputadas: Maria da Conceição da Costa Neves, eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Zuleika Alambert. Sendo que Maria da Conceição foi a única mulher que participou da Assembleia Constituinte Paulista de 1947. Portanto, dois partidos estão no campo de centro-esquerda, na perspectiva da geografia política. Apesar do nome Partido ser masculino, o centralismo democrático dos partidos de esquerda acaba de abrir espaço para as novas demandas sociais.

Em particular, a atuação da deputada comunista foi relevante, pois tratou de colocar em pauta o papel da mulher na vida política e social, revelando a organização das mulheres em todo o país, em especial nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. A seguir, apresentamos dois quadros que resumem sua atuação na Assembleia Legislativa de São Paulo (1947-1948). Relembramos que a referida deputada toma posse em 26 de setembro de 1947 e fica até o dia 14 de novembro, do mesmo ano, substituindo o deputado Clóvis de Oliveira Neto, licenciado de suas funções. E, somente em 15 de novembro daquele ano, passa a ocupar a cadeira efetivamente, em função da renúncia do metalúrgico-deputado Mautílio Muraro. O Quadro I mostra a intensa atividade desenvolvida pela deputada em 1947:

Quadro I – Atuação de Zuleika Alambert na Assembleia Legislativa de São Paulo (1947)

1947	
Modalidade & Tema da Intervenção	Pronunciado
Discurso sobre a efetivação das serventes da Prefeitura de Santos	05/10
Discurso sobre a Proibição de Comícios – Papel da Mulher na Vida Política e Social	11/10
Indicação N.º 199 – Efetivação das serventes da Prefeitura de Santos	16/10
Moção N.º 17 – De apoio aos escritores brasileiros	17/10
Moção N.º 23 – De repúdio ao projeto de lei de cassação dos Deputados comunistas	26/11
Discurso sobre a Prisão de Vereadores e o Pronunciamento da Assembleia	28/11

¹ Sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB), Brandão (1997).

Requerimento N.º 336 – Urgência para discussão e votação da Moção N.º 25	01/12
Requerimento N.º 357 – Transcrição do artigo do jornalista Rafael Corrêa de Oliveira, referente à situação de deputados comunistas na Câmara Federal	04/12
Requerimento N.º 358 – Encaminhamento à Câmara Federal das mensagens contra a cassação dos mandatos de parlamentares	04/12
Discurso sobre o Abono de Natal aos Servidores do Estado	05/12
Projeto de Lei N.º 370 – Concede o “Abono de Natal” aos servidores do Estado	05/12
Requerimento N.º 356 – Transcrição de Moção dos Acadêmicos de Direito	05/12
Requerimento N.º 367 – Transcrição do parecer do jurista Sílvia Romero Filho, a respeito da cassação de mandatos de parlamentares	06/12
Requerimento N.º 368 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	06/12
Moção N.º 26 – De protesto contra a suspensão do jornal “Tribuna Popular”	09/12
Requerimento N.º 346 – Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 347	09/12
Requerimento N.º 372 – Urgência para a discussão e votação da Moção N.º 26	09/12
Requerimento N.º 378 – Prorrogação da Sessão Legislativa	11/12
Requerimento N.º 387 – Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 388	12/12
Requerimento N.º 388 – Representação da Assembleia nos funerais do Dr. Caio Prado	12/12
Requerimento N.º 391 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	12/12
Requerimento N.º 410 – Preferência para diversos itens da Ordem do Dia	16/12
Discurso sobre o Abono de Natal aos Servidores do Estado	18/12
Requerimento N.º 422 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	18/12
Requerimento N.º 431 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	20/12
Requerimento N.º 440 – Preferência para a discussão e votação de itens da Ordem do Dia	20/12
Indicação N.º 310 – Pagamento ao pessoal do Departamento de Produção Animal	22/12
Indicação N.º 311 – Palestra proferida pelo Secretário da Saúde	22/12
Requerimento N.º 433 – Encaminhamento de mensagens sobre a cassação de mandatos	22/12
Requerimento N.º 435 – Preferência para a discussão e votação da Indicação N.º 320	22/12
Requerimento N.º 446 – Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 409	23/12
Requerimento N.º 439 – Preferência para discussão e votação do Projeto de Lei N.º 370 (Abono de Natal)	26/12

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo.

Observando o Quadro II, vemos os últimos momentos de sua atuação em razão da cassação dos mandatos no início de 1948:

Quadro II – Atuação de Zuleika Alambert na Assembleia Legislativa de São Paulo (1948)

1948	
Modalidade & Tema da Intervenção	Pronunciado
Discurso contra a cassação de mandatos	7/1
Requerimento N.º 27 – Pronunciamento da CCJ sobre a cassação de mandatos	12/1
Discurso de adeus à Assembleia Legislativa	12/1

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo.

As primeiras palavras da deputada Zuleika Alambert, pronunciadas naquela Casa legislativa, foram de saudação à mesma e de agradecimento aos nobres colegas que tão bem a receberam no dia de sua posse (ALAMBERT, 1947, p.155). Mais adiante em seu discurso, ela diria:

Sr. Presidente, para trás ficaram os dias, em que as mulheres de todas as categorias sociais viviam, em nossa pátria, exclusivamente para seu lar e para seus filhos, sem participar diretamente da vida política, social e econômica da Nação.

Porém, com o agravamento de nossa crise econômica, afogada em seus lares com o problema da inflação e da carestia da vida, explorada diariamente nos locais de trabalho por patrões sem escrúpulos que sempre vêem nela a presa fácil de sua ganância, começaram a compreender que só unidas e organizadas poderiam fazer cumprir as leis, que existem e lhes dizem respeito, e, sobretudo, poderiam lutar por suas mais sentidas reivindicações, conquistando dentro da sociedade, o lugar, que, por direito, lhes cabe, não como esmola, mas como justiça.

No terreno econômico, seria preciso lutar, nos bairros, contra as filas, que, pela noite adentro, serpenteavam pelas calçadas, a espera do pão misturado, à espera da carne. Lutar contra a alta dos gêneros, que começava a atingir até os de primeira necessidade, tais como: trigo, leite, carne, açúcar, óleo, etc. Contra o salário de fome recebido nas fábricas, onde pululam patrões, que, em geral, desconhecem propositadamente o Artigo 157, do Título V, da Constituição Federal, que reza: 'proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. [...]'. (ALAMBERT, 1947, p.156).

Percebemos em seu discurso a forte menção à Constituição Federal de 1946 e a discussão de temas do cotidiano da mulher, como o trabalho e a crise econômica que abala o custo de vida. Suas palavras apontam para as observações da Maria Odila Leite da Silva, as quais registram que o estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuançá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar; neste momento em vez de destacar-se em confrontos de nitidez cultural, restritos à identidade do sujeito, em uma multiplicidade de diferenças que não somos capazes de ver hoje (DIAS, 1994, 373). Por conseguinte, o debate em torno do papel da mulher na vida pública envolve as relações sociais e cotidianas, como as destacadas pela deputada em seu referido discurso. Daí o tema da introdução da mulher no mercado de trabalho, reivindicando para si o cumprimento das leis trabalhistas, substanciada pela Constituição Federal de 1946.

Seu discurso, revela ainda, a mulher e seus papéis informais e formais de resistência no trabalho, na economia, na saúde e na educação. Nossa hipótese é que a sociabilidade da mulher na vida pública resulta no processo de civilização dos debates públicos. É claro que a mulher não é unívoca, porque cada mulher possui suas diferenças. Mas uma coisa as une: a subsistência, a luta pela dignidade humana, pela construção e manutenção da estrutura do cotidiano, com educação e civilidade. Portanto, as relações sociais de produção as impelem para fora do lar, como diz a nossa deputada; vão às ruas em defesa de condições de trabalho civilizadas. Isso, sem dúvida, se estende à vida, ao lar, e ao espaço público.

Mais adiante, ainda em seu discurso, salienta que havia cada vez mais a presença das mulheres no espaço público. A ação coletiva das mulheres resulta na formação dos comitês que enfrentam o mundo da conformação e dos interesses, quando, por exemplo, trazem para si o papel de alfabetizar. Lembremos que o pós-guerra, a partir de maio de 1945, abriu espaço para a unidade política que revelou uma frente política que deu substância à redemocratização de nosso país. Mais do que isso: foi a retomada do funcionamento de nossas instituições democráticas. Nesse sentido, o novo surge com força para estruturar organizações que se consolidam em bases democráticas, entre elas os Comitês de Mulheres. Pelas palavras da deputada:

Nascidas da compreensão daquelas e outras reivindicações que, oportunamente, levantarei, desta tribuna e, sobretudo depois do monumental discurso de São Januário, onde o Senador Prestes abriu as perspectivas de organização ao povo brasileiro, começam a surgir, em nossa pátria, principalmente nas grandes cidades, as primeiras organizações de mulheres, dispostas a desenvolver uma luta pacífica, mas intransigente nas conquistas de seus direitos, em todos os setores da vida humana.

Rio, Minas, Pernambuco e especialmente São Paulo, surgem na vanguarda dos Estados, onde a mulher se organiza e luta ativamente.

No Rio, foram às uniões femininas de bairros, que tanto têm colaborado na solução de problemas vitais para a mulher, especialmente dando sua colaboração nos trabalhos de distribuição de gêneros de primeira necessidade, na luta intensa contra a carestia da vida e o câmbio-negro, e mesmo no que se refere ao amparo à cultura da mulher carioca. Ainda há bem pouco, davam elas a prova de sua fibra e a compreensão de seu destacado papel na vida da Nação, quando, com dinheiro arrecadado nas favelas e nos porões, enviavam ao Congresso Internacional de Mulheres, que se realizava em Praga, na Tchecoslováquia, uma sua legítima representante, na pessoa de D. Alice Tibiriçá.

Na Capital paulista, surgiu a União de Mulheres Democráticas de São Paulo, ramificada em comissões de bairro, disposta a lutar valentemente pelos direitos de nossas mulheres, exemplo seguido, logo, pelas cidades de Santos, Santo André, Assis, Taubaté, para apenas falarmos das principais.

Em Assis, notável foi a contribuição das mulheres dada ao Executivo Municipal, apresentando medidas práticas para o problema do leite, da água, da farinha, açúcar etc.

Em Santos, também, puderam, através de comissões femininas dos bairros, desenvolver a campanha de alfabetização entre as mulheres e lutar pela solução da distribuição de gêneros, tal como, ultimamente, acontece com o óleo.

Em Santo André, conseguiram o controle do tecido popular, distribuindo-o aquelas que, de fato, necessitam do mesmo.

Na Capital, muito se destacou a União de Mulheres, principalmente no combate à carestia, e suas comissões têm realizado trabalho de certa importância, como ainda há dias, ocorreu com a Comissão Feminina do Bom Retiro, que, com sua interferência, conseguiu sustar um despejo de 100 famílias naquele populoso bairro e ainda continua trabalhando junto às autoridades competentes, para a melhoria da situação de absoluto conforto que ali habitam.

Como vê, Sr. Presidente, são organizações de mulheres, que surgiram e hoje trabalham não para mergulhar suas associadas nos debates estéreis e na alta política, mas sim com o fito exclusivo de debater as dificuldades dos bairros, as necessidades especificamente femininas e, desse modo, fazer com que as nossas mulheres, ombro a ombro com seus companheiros, ajudem, através da luta diária pela conquista de seus direitos, a construir a grandeza e o progresso de São Paulo. [...](ALAMBERT, 1947, p.166 – 167).

O discurso da Deputada aponta para o que salientamos anteriormente: o cotidiano, as necessidades vitais do ser humano e em especial das mulheres, ou melhor, as relações sociais do ponto de vista feminino são expostas ao público e reivindicadas através da organização social. Então, deduzimos que o mandato parlamentar de Zuleika Alambert foi dedicado a manifestar essas pequenas coisas do cotidiano que envolvem as pequenas coisas que estruturam uma unidade familiar.

Outro momento a destacar em seu discurso é a menção ao senador Prestes. O líder comunista é trazido à tona numa conjuntura já adversa para o PCB, que foi cassado em maio de 1947, e os parlamentares dessa legenda perderiam seus mandatos no início de 1948. Esse fato golpeou fortemente a história da democracia brasileira, que só retomáramos 60 anos depois com a catarse que foi a Constituinte de 1987/1988, que promulgou a Constituição de 1988, a chamada Carta Cidadã.

Sem dúvida, estamos mostrando uma história engajada, uma mulher que oferece seu viver, sua juventude para abrir passagens para o novo. E como diria Gramsci: na hora do novo, que surja o novíssimo. Sem dúvida, a atuação de Zuleika Alambert situa-se numa vanguarda promissora que abriu passagens para a atuação da mulher hoje. Assim, em 2004, estava Zuleika Alambert presente na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Considerações finais

Pensamos que ainda existe muito a que pesquisar sobre a passagem das mulheres no parlamento e, em particular, as mulheres que se lançaram por partidos de esquerda como o PCB. Portanto, nosso caminhar rumo à democracia social e política perpassa pela revelação da trajetória dessas mulheres. No caso de Zuleika Alambert, sua história afirma que não temos por que nos entregar ao conformismo ou ao mundo dos interesses. Esse é o exemplo de uma menina de tranças que se tornou uma mulher com uma biografia que registra uma longa trajetória de lutas, que conquistou um lugar na recente história do Brasil. Sua atuação nos movimentos políticos e sociais ainda deve ser mais publicizada para as novas gerações do Brasil e de alhures.

Na entrevista que nos concedeu em março e junho de 2004, lhe perguntamos: A senhora é uma inconformada?; Responderia ela:

Sou, mas eu tenho que aceitar o que eu sou hoje. Porque a minha psicóloga diz isso: 'Zuleika, você não tem mais 20, 40,60, você está com 82 anos, você não seria a mulher que é hoje se você não tivesse os seus 20, 40, então você tem que fazer as coisas considerando sua capacidade de hoje.' Fisicamente eu não tenho condições de ir para rua liderar uma passeata, ou sair sozinha pela rua gritando e juntar gente. Não tenho condição, então o que eu posso fazer hoje é dar entrevistas, falar, escrever, eu tento contribuir com todos que me procuram, dando as minhas impressões, falando das minhas experiências, das minhas coisas. Isso eu faço! Os jovens me procuram, porque eles não conhecem nada, então eles querem ver as pessoas vivas, falando [...] (PEÇO..., 2005, p. 32-45).

Por conseguinte, registrar sua história é registrar a história da organização das mulheres no nosso país, é enfatizar a importância da mulher no parlamento, para colocar as demandas sociais em pauta. Acreditamos que a educação e a saúde são pautas públicas mais sensíveis aos corações femininos por elas estarem no cotidiano da vida humana e levarem para o mundo da produção essa sensibilidade. Como observou Maria Odila Leite da Silva Dias:

[...] a história social das relações de gênero ou a história das mudanças da organização das famílias, sob impacto da industrialização, por exemplo, em diferentes momentos na vida das diversas sociedades que compõem o mundo contemporâneo, em que nos vemos inseridos, ao esmiuçar múltiplas mediações sociais nos revela compassos e descompassos que em sua diversidade nos desvendam, em vários níveis diferentes, as relações entre fenômenos amplos globais e as mudanças que provocaram nas emoções, nos sentimentos, nas vidas íntimas e no processo de construção dos sujeitos em dados momentos históricos, desconstruídos no tempo por diferentes sociedades. (DIAS, 1994, 380).

Assim, entendemos que tenha sido a partir da atuação de Zuleika Alambert, acompanhando as mudanças na sociedade por meio do impacto da inserção da mulher no mundo do trabalho e da produção, que surgiram novas relações sociais, e, assim,

estabeleceram pontes para a passagem das demandas sociais, algumas estruturais, como a preocupação com o preço dos gêneros alimentícios.

Aqui e em outros lugares esperamos aprender a sermos como essas mulheres: *inconformadas!*

Abstract: *The second post-war period marks a period of democratization in Brazil. In 1945 there were elections for President of the Republic and for Congressmen and Senators who competed on chairs that make up the National Congress. In January 1947 happened in the States of the Republic, elections to the legislative and executive State; under the Federal Constitution of 1946. This election, Zuleika Alambert, a Santos girl, the youth of her 24 years, full of vigor, respected by pier's workers of the Santos's port, was elected second substitute, by Communist Party of Brazil (PCB), for the legislature paulista.*

Palavras-chave: *Zuleika Alambert; Communist Party of Brazil; legislative paulista.*

Recebido em junho de 2010 e aceito para publicação em outubro de 2010.

Referências

- ADÃO, Áurea; REMÉDIOS, Maria José. Os discursos do poder e as políticas educativas na governação de Oliveira Salazar: as intervenções das mulheres na Assembleia Nacional (1946-1961). In: LÔBO, Y.; FARIA, L. (Orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.
- AFONSO, Eduardo José. O PCB no Legislativo paulista 1947-1948. *Acervo Histórico*, n. 3, p. 19-31, 1 sem., 2005.
- ALAMBERT, Zuleika. Proibição de comícios: papel da mulher na vida política e social. In: ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. 1ª Sessão da 1ª Legislatura. 1947. v. 5.
- _____. *A história da mulher: a mulher na história*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2004.
- ALAMBERT, Zuleika. Apresentação. In: _____. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: CERIFA, Novos Rumos, 1982.
- ALASUUTARI, Pertti. *Researching culture: qualitative methods and cultural studies*. London: Sage, 1996.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

- BETTENCOURT, Ana Maria; PEREIRA, Maria Margarida Silva. (Coord.). *Mulheres políticas: as suas causas*. Lisboa: Quetzal Editores, Associação Ana de Castro Osório, 1995.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **1º Prêmio construindo a igualdade de gênero**: redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2005. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **2º Prêmio construindo a igualdade de gênero**: redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2007. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **3º Prêmio construindo a igualdade de gênero**: redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- D’AVILA, L. F. *Dona Veridiana*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. London, Sage, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, n. 2, 1994.
- _____. *Power and everyday life: the lives of working women in 19th century Brazil*. New Brunswick: Rutgers U. Press, 1995.
- DICIONÁRIO *Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ECO da Revolução: voz da mulher paulista. *A Plebe*, São Paulo, dez. 1932.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1939], 1994. v. 1, 2.
- _____. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, [1969], 2001.
- FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60*: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: o risorgimento & notas sobre a história da Itália. Editado por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5. (Caderno 25, § 2).
- _____. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1978.
- LAIA, Maria Aparecida (Org.). *Conselho Estadual da condição feminina*: sua história suas lutas seu futuro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

LIMA, Eduardo Martins de. *Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

LÔBO, Y., FARIA, L. (Orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

MAGALDI, A. M. B. de M. Vozes católicas: um estudo sobre a presença feminina no periódico A Ordem (anos 1930-1940). In: LÔBO, Y., FARIA, L. (Orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

_____. A infância em lições: um estudo sobre manuais femininos na sociedade do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, UERJ, LPP, Fórum-Rio, n. 13/14, maio/dez. 2004. Editada pela.

MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1974. (Os pensadores, vol. XXXV).

NECKEL, Roselane. Entra, menino, Xô, galinha e Sim, senhor!: entrevista com Heloísa Studart. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. 2008.

PEÇO a Palavra: deputada Zuleika Alambert. Entrevista. *Acervo Histórico*, São Paulo: Assembleia Legislativa, Imprensa Oficial, v. 3, p. 32-45, 2005. (Entrevista concedida aos membros do Núcleo de Estudos Antonio Gramsci: Prof.ª Renata Bastos da Silva e Prof.º Ricardo José de Azevedo Marinho).

SOBRE o voto feminino. *Folha da Noite*, São Paulo, 28 jan. 1933.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

WERNECK VIANNA, L. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK VIANNA, L.; REZENDE DE CARVALHO, M. A. República e civilização brasileira. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, S. P., v.8, p. 7-33, 2000.